ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES:

percepções da equipe multiprofissional do programa rede aquarela

Ana Beatriz Araújo Vieira[1]

RESUMO

O presente artigo é resultado da Monografia apresentada ao curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará, para obtenção do grau de bacharelado em Serviço Social. Tem como objetivo, discorrer sobre a percepção da equipe multiprofissional do Programa Rede Aquarela frente as interfaces do abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes, visando demonstrar como é realizado o atendimento psicossocial as vítimas e aos familiares. A pesquisa é de natureza qualitativa, do tipo bibliográfica, documental e de campo, se deu a partir de entrevistas semiestruturadas com a equipe multiprofissional do Eixo Psicossocial do Programa Rede Aquarela. Nesse sentido, explana como o abuso sexual pode ser ressignificado na vida da criança ou adolescente, haja vista que, o assunto em questão ainda é pouco disseminado.

Palavras-chave: Abuso sexual. Criança e adolescente. Família. Programa Rede Aquarela.

ABSTRACT

This article is the result of the Monograph presented to the Social Work course at the State University of Ceará, to obtain a Bachelor's Degree in Social Work. Its objective is to discuss the perception of the multidisciplinary team of the Rede Aquarela Program regarding the interfaces of intrafamily sexual abuse against children and adolescents, to demonstrate how psychosocial care is provided to victims and family members. The research is of a qualitative nature, bibliographical, documental and field type, it was carried out through semi-structured interviews with the multidisciplinary team of the Psychosocial Axis of the Rede Aquarela Program. In this sense, it explains how sexual abuse can be reinterpreted in the life of the child or adolescent, given that the subject in question is still poorly disseminated.

Keyword: Sexual abuse. Child and adolescent. Family. Rede Aquarela Program.

1 INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno complexo, um ato de brutalidade, abuso físico e/ou psíquico contra alguém, caracterizado por relações intersubjetivas e sociais, definidas

[1] Instituto do Câncer do Ceará; Assistente Social com Especialização em andamento na modalidade de Residência Multiprofissional com ênfase em Cancerologia; e-mail: beljm1@hotmail.com

pela opressão e intimidação. É todo ato que vai de encontro a liberdade de alguém, que viola algo socialmente valorizado, age por uso da força, por coação, constrangimento, tortura, em linhas gerais, violação de direitos fundamentais (CHAUÍ, 1999).

Este fenômeno está presente em diversos espaços, tais como: a escola, no ambiente familiar, no meio urbano, âmbito de trabalho, entre outros. Além disso, pode ocorrer com familiares, amigos, vizinhos, ou até mesmo com pessoas fora do convívio social. O presente trabalho, aborda a violência que acontece dentro do ambiente familiar, e tem como vítimas: as crianças e adolescentes.

Conforme Araújo (2002), a violência intrafamiliar envolve parentes que vivem ou não sob o mesmo teto, contudo, a probabilidade de ocorrência é maior entre familiares que convivem cotidianamente no mesmo domicílio. E o abuso sexual infantil, que ocorre também no âmbito familiar:

> [...] é uma forma de violência que envolve poder, coação e/ou sedução, é frequentemente praticado sem o uso da força física e não deixa marcas visíveis, o que dificulta a sua comprovação, principalmente quando se trata de crianças pequenas. O abuso sexual pode variar de atos que envolvem contato sexual com ou sem penetração (ARAÚJO, 2002, p. 05)

De acordo com dados apresentados pelo Disque-Denúncia Nacional, 76.216 mil denúncias no ano de 2018 envolviam crianças e adolescentes, e deste quantitativo, cerca de 17.096 mil eram crianças e adolescentes que podem ter sido vítimas de violência sexual no ano passado no Brasil. Sendo destes, 616 mil casos, registrados no Estado do Ceará (BRASIL, 2019).

Conforme dados divulgados pelo Ministério da Saúde, de um balanço realizado entre os anos de 2011 e 2017, em relação ao sexo das crianças vítimas de violência sexual, 74,2% eram do sexo feminino e 25,8% eram do sexo masculino. Quanto a sua faixa etária, 51,2% estavam na faixa etária entre 1 e 5 anos, 45,5% eram da raça/cor da pele negra, e 3,3% possuíam alguma deficiência ou transtorno (BRASIL, 2018).

De acordo com Balbinotti (2009), a violência sexual deve ser informada as autoridades competentes tendo como objetivo principal proteger a vítima. As medidas de proteção às crianças e adolescentes serão providenciadas como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Quando ocorre violência sexual contra

a criança, os familiares e/ou profissionais, podem resguardar direitos nas redes de proteção à infância e adolescência.

Diante do exposto, o presente artigo objetiva compreender a percepção da equipe multiprofissional, do eixo psicossocial do Programa Rede Aquarela sobre as demandas que envolvem o abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes.

A abordagem escolhida para a pesquisa foi a qualitativa, bibliográficas, documentais e de campo. O campo de realização da pesquisa foi o eixo psicossocial do Programa Rede Aquarela que, desenvolve ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, sendo responsável por promover e articular atividades de prevenção, atendimento especializado, mobilização e articulação comunitária, em parceria com as instituições que compõem os eixos de promoção, defesa e controle social do Sistema de Garantia de Direitos.

A coleta de dados consiste na observação direta e entrevista semiestruturada, viabilizada com a equipe multiprofissional (Assistentes Sociais, Psicólogos e Assessores Jurídicos) do referido eixo. É importante ressaltar que, esta pesquisa está de acordo com a Resolução n º 510, de 7 de abril de 2016 que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, logo, foi utilizado do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

2 O ATENDIMENTO REALIZADO PELO EIXO PSICOSSOCIAL DO PROGRAMA REDE AQUARELA À CRIANÇAS, ADOLESCENTES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL E SEUS FAMILIARES

A Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI), é a responsável pela articulação e execução da Política Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil, na cidade de Fortaleza. Esta, objetiva a realização de ações para prevenção da violência sexual e atendimento especializado as vítimas e seus familiares. Para melhor associar os equipamentos de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, no ano de 2005 a FUNCI cria o Programa Rede Aquarela (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2019).

A Rede Aquarela foi dividida em quatro eixos, com o intuito de formar uma rede interligada, potencializando a qualidade do atendimento às vítimas. Assim, funcionam o Eixo Disseminação, que é responsável pelas ações de prevenção, em forma de campanhas, palestras, seminários, que são realizados com os profissionais da rede municipal – profissionais da saúde, escolas, organizações não governamentais, entre outros – funcionando em todas as regionais. O Eixo de atendimento na DECECA (Delegacia de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente), que realiza a acolhida inicial à família e as crianças ou adolescentes vítimas de violência, este eixo conta com uma psicóloga e uma assistente social da Rede Aquarela (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2019).

O Eixo da 12º vara criminal, efetiva atendimentos especializados as vítimas e suas famílias no decorrer dos procedimentos judiciais, conta também com uma psicóloga e uma assistente social da Rede Aquarela. E por último, e no qual a pesquisa se concretizou, o Eixo de atendimento Psicossocial, onde as crianças e adolescentes vítimas do abuso sexual, recebem acompanhamento especializado da equipe multidisciplinar composta por Assistentes Sociais, Psicólogas e Assessores Jurídicos, objetivando a superação da violação ocorrida (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2019).

Quadro 1 – Perfil dos Interlocutores

Nome	Idade	Cor	Graduação	Tempo de trabalho na instituição	Cursos sobre violência sexual
Interlocutor 1	30	Pardo	Psicólogo	Cinco anos	Sim
Interlocutor 2	31	Pardo	Psicólogo	Três anos e meio	Sim
Interlocutor 3	41	Branco	Psicólogo	Um ano e onze meses	Sim
Interlocutor 4	39	Pardo	Assistente Social	Quatro anos	Sim

Interlocutor 5	42	Pardo	Assistente Social	Um ano	Sim
Interlocutor 6	25	Branco	Assessor Jurídico	Um ano	Sim
Interlocutor 7	27	Branco	Assessor Jurídico	Seis meses	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dos profissionais participantes desta pesquisa, tem-se: 03 (três) psicólogos, 02 (dois) assistentes sociais e 02 (dois) assessores jurídicos, um total de 07 (sete) participantes, com idades que variaram dos 25 (vinte cinco) aos 42 (quarenta e dois) anos, sendo que 54% destes, se reconhecem da cor parda e 43% de cor branca. Todos informaram que realizaram cursos na área específica do abuso sexual intrafamiliar fomentados pela própria instituição. Com relação ao tempo de trabalho no Programa Rede Aquarela, esse período variou de 06 (seis) meses à 05 (cinco) anos de atuação.

É de extrema importância que os profissionais de Serviço Social e Psicologia atuem em conjunto no Programa, visto que, estes possuem uma formação que possibilita diferentes apreensões da realidade, e das diversas expressões da questão social. Os profissionais de Direito, mostraram-se também muito críticos, no decorrer das entrevistas, realizando pontuações essenciais para a compreensão do fenômeno da violência sexual.

Quanto aos atendimentos, apenas os Psicólogos atuam individualmente com as crianças ou adolescentes, os Assistentes Sociais e Assessores Jurídicos atendem as vítimas sempre na presença dos Psicólogos, e efetivam seu trabalho realizando orientações e entrevistas com a família ou com o responsável pela criança ou adolescentes. Após essa breve caracterização dos participantes, tem-se a seguir a apresentação do atendimento profissional as crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar no Programa Rede Aquarela.

3 NARRATIVAS DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DO PROGRAMA REDE AQUARELA SOBRE O ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL AS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR

> No primeiro dia de observação do campo, cheguei ao Programa Rede Aquarela às 8:00h, fui apresentada a equipe multidisciplinar, composta por assistentes sociais, psicólogos, e a assessoria jurídica, onde o último não estava presente. Os profissionais do eixo de atendimento psicossocial se mantêm em uma sala, aguardando o atendimento. No momento do atendimento, os profissionais se dirigem a parte interna da sede, e nesta se concentram mais 8 salas, individuais e sigilosas para a realização do atendimento com a criança e familiares (DIÁRIO DE CAMPO, 20 de agosto de 2019).

A equipe do Eixo psicossocial do Programa Rede Aquarela foi solícita no processo de observação e coleta de dados, apresentando vivências, explicando o fluxo do atendimento e levando a pesquisadora para observar como era realizado o primeiro atendimento, que incluía toda a equipe multiprofissional, os atendimentos já em andamento, além de se mostrar receptivos, incluindo da melhor forma a pesquisadora nas atividades.

As entrevistas reafirmaram a ideia de que a temática em questão é complexa e instiga atenção e responsabilidade no trato das vítimas e seus familiares, com a utilização de métodos que viabilizem a conversa para uma melhor compreensão do abuso e ao mesmo tempo não revitimizem, trazendo à tona o sofrimento vivido.

No decorrer da realização das entrevistas, surgiram outras dúvidas, que foram conversadas com cada profissional, é possível perceber que o atendimento realizado é amplo, e acabam surgindo questões que ainda não tinham sido postas. Para a análise foi utilizado: o reflexo da violência para a vítima e familiares; os desafios que surgem no trabalho e articulação com a rede de proteção; e o trabalho da equipe multidisciplinar no programa.

3.1 Interfaces do abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes: O percurso da denúncia

A partir da observação realizada no campo, o fluxo de atendimento apresentado, tinha como princípio que os usuários do Programa Rede Aquarela já

tivessem passado pela DECECA, ter a realização do boletim de ocorrência (B.O), e fossem encaminhados para o atendimento psicossocial realizado na sede do programa. Os profissionais enfatizaram essa atividade:

> A grande demanda que nós recebemos vem da DECECA mesmo, mas nós já recebemos também encaminhamentos vindos dos Conselho Tutelar, aí é aceito, mas é solicitado do conselheiro que faça um Boletim de Ocorrência na Delegacia, para também ta formalizando a denúncia que é o nosso objetivo é que a denúncia, ela seja formalizada, porque, como a gente trabalha diretamente com a DECECA, é importante que todas as vítimas que são atendidas conosco, o primeiro passo é que seja feita a denúncia na DECECA (INTERLOCUTOR 4).

> As denúncias são feitas na delegacia, certo, ou pela família, ou por alguém que tenha conhecimento, pode ser qualquer pessoa que tenha conhecimento, ele pode fazer a denúncia. Geralmente é preciso convencer a família, ir à delegacia, é preciso fazer queixa no B.O, tudo bem organizado, e se a família não quiser fazer, você vai ter que fazer a denúncia, da mesma maneira. Mas assim, temos que convencer a família a fazer, porque se fosse o caso, do agressor estar dentro do ambiente familiar, a família tem que ta ciente de ter alguma providencia, tanto fazer o B.O, como tirar a pessoa de casa, por isso tem que convencer a família (INTERLOCUTOR 6).

Com a formalização da denúncia e levando em consideração as características e repercussões do abuso, acontece o atendimento com os profissionais em questão. Durante a pesquisa, requer atenção os índices verificados pelos profissionais, pois, já que a denúncia pode ser realizada por qualquer pessoa que tenha o conhecimento, ou pelos familiares, assim, quando ocorre dentro da família, é fundamental que o abusador saia da convivência da criança.

A denúncia pode ser feita em qualquer tempo, pois, após a descoberta, a criança ou adolescente, deve ser encaminhada aos equipamentos de proteção o quanto antes. O reconhecimento por parte da vítima, também deve ser levado em consideração para a realização da denúncia, conforme observação em pesquisa, a escola também é um meio essencial para identificar o abuso sexual intrafamiliar:

> Entrei com a assistente social, para atendimento à uma mãe que havia denunciado o abuso sexual intrafamiliar, onde o seu filho mais velho, havia assistido um vídeo pornográfico e tentou reproduzir com a irmã mais nova. A vítima, apenas identificou o ocorrido, anos depois esse ato, mediante uma palestra na escola sobre abuso sexual (DIÁRIO DE CAMPO, 22 de agosto de 2019).

Além disso, no dia 10 de setembro de 2019, foi realizado na sede do Programa Rede Aquarela, uma capacitação com os agentes de saúde comunitários de uma determinada regional do município de Fortaleza. Para isto, foram realizadas as orientações para o reconhecimento da possível violação e posteriormente executar a denúncia. A qual, foi orientada o encaminhamento à DECECA, Conselho Tutelar, ou via contato telefônico com o Disque Direitos Humanos.

3.2 O atendimento da equipe multiprofissional

No Programa Rede Aquarela, o atendimento individual com as crianças e adolescente vítimas de abuso sexual, é realizado apenas pelo profissional da psicologia. Assistentes Sociais e Assessores Jurídicos, realizam o acolhimento com a família, e os devidos encaminhamentos de acordo com as competências. Durante o primeiro atendimento, é imprescindível que a equipe multiprofissional esteja presente, para as primeiras orientações e realizar a escuta qualificada com os familiares ou responsáveis:

> A gente dá orientações à família certo, à família ou responsável pela criança que esteja com a guarda, certo. Nunca eu atendo a criança, porque assim, é um assunto doloroso para tratar com uma criança, né, sobre um crime que aconteceu com ela, então a gente conversa com os pais. O jurídico participa sempre do primeiro atendimento, sempre que possível a gente dá prioridade total, pra que esteja presente os três profissionais no atendimento para a gente conhecer melhor o caso, todos os três profissionais, assistente social, psicólogo e assessor jurídico (INTERLOCUTOR 6).
>
> Posso falar pela família, que nós também atendemos, juntamente com a psicóloga, e a família. No atendimento, a gente pede sim que eles relatem novamente para gente o que aconteceu. Porque a denúncia ela vem muito resumida, o boletim de ocorrência é aquela coisa muito resumida, não dá para gente compreender um contexto geral realmente detalhado do que aconteceu, então, a gente pede a família que relate para a gente o que aconteceu (INTERLOCUTOR 4).

Já o trabalho dos Psicólogos, se dá com os familiares e individualmente com as vítimas, são usadas várias estratégias para não revitimizar aquela criança ou adolescente, não retomar o sentimento do medo, e trabalhar na construção de vínculo de confiança, entre o profissional e o usuário. As crianças e adolescentes, como

relatado anteriormente nessa pesquisa, possuem comportamentos adversos, por vezes de negação ou culpa, outros com entendimento maior, acabam por compreender o atendimento e relatam inicialmente:

> A gente não induz essa criança, aqui na Rede Aquarela, é um trabalho assim, de atendimento psicológico mesmo, não é um trabalho investigativo, não fica perguntando: “aconteceu alguma coisa na sua casa? Ou aconteceu alguma coisa com seu pai?”, por exemplo, né, se o pai for o agressor. Eles têm esse conhecimento, né, que a gente conversa com a família antes, mas não é feito esse trabalho de perguntar para a criança. A gente está mais preocupado de saber como essas crianças tá, como ela chega, de observar no início, e aí com o tempo nos atendimentos, a gente faz alguns trabalhos de prevenção, algumas coisas lúdicas, que a criança acaba se colocando, diante de alguma dificuldade, de algum sofrimento, aí a criança coloca a questão da violência (INTERLOCUTOR 1).

> E quando chego no atendimento, tem crianças que tem bastante dificuldade, até em falar alguma coisa, mas outras não, no primeiro momento, quando você pergunta como ela está, ela já te diz, o porque ela está indo pra cá, né, então isso vai dependendo muito do contexto, ou é como foi que a criança foi recebida nos outros contextos, ou seja, o processo, como o processo se deu desde a violência até a denúncia. Então as vezes a criança já chega no atendimento saturada, juntamente com aquele familiar: “ah eu vou ter que falar mais uma vez?”, aí a gente explica que, você não vai falar mais uma vez, aqui a gente vai compreender, fazer com que você também compreenda o vivenciado, pra tu ressignificar isso na tua vida, então o familiar fazendo isso, automaticamente, vai ajudar a criança, nessa compreensão também, pra compreensão pra que ela ressignifique isso na vida dela (INTERLOCUTOR 3).

No primeiro atendimento psicossocial, realizado com a equipe e família, não há a presença da vítima, pois, o familiar relatará novamente o ocorrido. Ainda durante a pesquisa, participei de um primeiro atendimento, do familiar de uma adolescente de 14 anos, contudo, a violência ocorreu aos 12 anos.

> A irmã da vítima informou que já desconfiava que estivesse acontecendo algo, pois, foi vítima de abuso sexual quando jovem por parte de um tio, contudo, não conseguia acreditar que seu companheiro poderia fazer isso. Relata ainda que a vítima tinha medo do abusador e não teve coragem de contar para ninguém (DIÁRIO DE CAMPO, dia 26 de setembro de 2019).

Diante dessa experiência, surge a inquietação referente ao segredo de família, já abordado nesse capítulo, como os familiares reconhecem a violência. No caso supracitado, alguns parentes da vítima, a culparam pela ocorrência do abuso sexual,

e não deram credibilidade a ela, pois, o abusador possuía status social e era altamente respeitado pelos familiares, quando indagados sobre o segredo familiar, os profissionais relataram suas vivências frente a esse fato:

> Tenho muitos relatos que eu recebo, referente a mãe, normalmente né, que a mãe fala: “Há eu sempre achei estranho, eu já desconfiava” “Não achava legal ela ficar sozinha com ele”. Mas aí quando descobrem, normalmente, tomam partido da criança ou do adolescente, mas tem alguns casos que a família é conivente, aí a gente tem que acionar a rede pra proteger essa criança, já que a família que deveria proteger, não está protegendo. Tem perfil de mulheres também que são os companheiros, aí afasta a criança do companheiro, mas continuam mantendo um relacionamento com ele, né, então assim, é complicado pra criança saber que tipo, essa pessoa fez um mal pra mim, e mesmo assim a minha mãe, ou a minha tia, ou a minha vó, quer continuar tendo um relacionamento com ele, isso a gente já pegou sim (INTERLOCUTOR 1).
>
> No dia que a criança ou adolescente, consegue revelar, aí a pessoa, não acredita, né, no primeiro momento, e as vezes a equipe faz todo um trabalho pra compreender a dinâmica daquela família, como foi que aquela pessoa chegou na família, como é a convivência daquela pessoa, da criança ou do adolescente, com aquele suposto agressor, e a partir daí né, ela vai ligando as coisas, né, então ela vai compreende o porquê aquilo aconteceu. Porque a criança se culpa, eu deveria ter prestado mais atenção, eu deveria mais isso, traz a questão da culpa, né, então a gente também trabalha toda essa questão (INTERLOCUTOR 3).

Quantos as estratégias dos profissionais da psicologia para levar ludicidade aos atendimentos e incentivar o diálogo, e ocasionalmente, tornar o atendimento mais efetivo e sem danos, é realizada escuta qualificada da criança ou do adolescente, e são utilizados jogos, brincadeiras, desenhos entre outros:

> Pronto, assim, quando a gente vai entrar nessa parte do carinho, o carinho tem todos os comportamentos, pode ser um carinho de alisar o corpo, de fazer cafuné, ou carinho também ta ligado ao que você ta dizendo aquela criança, a forma como você ta dando atenção aquela criança, até um simples alimento também, formas de carinho, e aí a gente trabalha isso, através tanto do corpo da criança, como da percepção que ela tem do que é carinho, do que é abuso, do que é afeto. E as ferramentas que a gente utiliza, pode ser joguinho, que a gente tem aqui que é com o corpo, ou um livrinho que fale né, sobre isso, né, também filmes, que a gente trabalha aqui, alguns filminhos como: “Segredo de Nara”, que tem também, livro, “Não me toca seu boboca”, que fala também sobre a violência sexual, tudo isso aí a gente trabalha de maneira lúdica, no caso, de desenho também, pintura (INTERLOCUTOR 2).

Com isso, é possibilitado a criança conhecer o seu momento de diálogo, algumas chegam no Programa Rede Aquarela acreditando que devem relatar novamente a violência sofrida e até se surpreendem quando percebem o atendimento diferenciado, pois, não é um trabalho investigativo, e sim de acompanhamento.

3.3 Articulações dos profissionais com as redes socioassistenciais, de proteção e garantia de direitos

Durante o período de observação do campo de pesquisa, os profissionais, principalmente de psicologia e serviço social, realizam diversos encaminhamentos para a rede socioassistencial, tais como: escolas, equipamentos da saúde em busca de atendimento psiquiátrico e terapêutico, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializados da Assistência Social, e até para complexos culturais, como o Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA). As articulações supracitadas são essenciais, devido as demandas que chegam no Programa Rede Aquarela que requisitam de atendimentos mais complexos, como o caso de uma adolescente de 17 anos:

> Em conversa com as profissionais, estas relataram que a adolescente não atendia as ligações, e havia parado de ir aos atendimentos, as mesmas, se encontraram preocupadas, visto que a jovem apresentou ideações suicidas, inclusive estas, bem articuladas, apresentando até o dia marcado, a data de seu aniversário. A assistente social me relatou que ao descobrirem o gosto pelo teatro, vislumbraram uma maneira de levar lazer para a vida da adolescente. Conseguiram uma vaga em um programa do CUCA, próximo à casa dela, que trabalha com o teatro, e por ser no mesmo horário da escola, a profissional articulou com a equipe da rede de ensino, e conseguiu viabilizar a troca de turno escolar, para assim, garantir o lazer atrelado à educação (DIÁRIO DE CAMPO, 17 de setembro de 2019).

Para a continuidade do atendimento do Programa Rede Aquarela, se faz necessária essas articulações, tanto com as redes de proteção quanto com a rede socioassistencial, visto que, as vítimas não demandam apenas do atendimento psicossocial, é preciso articular com outros equipamentos, visando o acompanhamento sistemático. Diante disso, durante as entrevistas, os profissionais

foram questionados quanto a efetividade das Redes em questão, as respostas dos profissionais, se apresentaram de maneiras diferentes:

> Eu vejo muito uma falta de comunicação, certo. Como já ouvi alguns profissionais falarem, a rede existe, mas ela não se comunica, né? Existem vários programas que podem, essas vítimas de violência podem ser encaminhadas, mas realmente esses profissionais não se comunicam, em alguns casos, né? Não vamos generalizar. Para poder que esse procedimento de recuperação, seja da melhor forma possível (INTERCOLUTOR 6).

> Nossa maior dificuldade de articulação é com a rede da saúde, porque infelizmente aqui em Fortaleza, a gente tem uma dificuldade muito grande dos atendimentos psiquiátricos e que muitas vítimas vêm precisando, e atendimento psicológico mesmo. Porque o nosso atendimento ele é psicossocial a psicóloga ela não tem como fazer uma terapia, e aí a gente precisa. Algumas vezes, a gente pega um caso de um adolescente com ideação suicida aquela adolescente, além do atendimento daqui ela precisa de um atendimento psicológico, semanal, fazendo terapia, ela precisa tomar medicação (INTERLOCUTOR 4).

As consequências do abuso, frisadas por Vieira e Abreu (1997), são diversas. Partem desde o isolamento social por parte da criança, queda do rendimento escolar, da ideação suicida, até a tentativa de suicídio. E com isso, se torna desafiador aos profissionais, buscar atendimentos que não podem ser viabilizados pelo Programa Rede Aquarela, e com a fragilidade dos equipamentos que deviam trabalhar na articulação da garantia dos direitos, acaba sendo uma demanda de difícil continuidade.

Apesar da maioria dos profissionais identificarem os desafios com a Rede de Proteção, mostrando de forma significativa os embates diários para a concessão dos direitos dos usuários, outros, também a reconhecem como facilitadora, e demonstram que não é de um todo negativo as articulações, que as vezes, é viável o acompanhamento:

> Eu acho assim que, cada vez mais tem melhorado. No começo eu achava que era mais difícil, hoje a gente tem se preocupado em conhecer essa rede, primeiramente, explicar o nosso trabalho, a gente precisa né deles, ficar mais próximo, porque quando a gente tem uma aproximação, porque as vezes a gente não só encaminha ne. Antigamente a gente só encaminhava, hoje em dia a gente não faz esse trabalho, é um trabalho realmente de articulação, a gente encaminha e a gente acompanha (INTERLOCUTOR 1).

> A gente dá o encaminhamento pra pessoa, mas antes a gente liga, seja pra um CRAS, CAPS, então eu não percebo, nos meus atendimentos, todos que a gente encaminhou, que a gente foi atrás de saber como que tava o atendimento, tanto a gente foi bem recebida, como eles dão retorno pra gente, e quando não dão, a gente liga e pergunta como ta o caso, principalmente na questão das tentativas de suicídio (INTERLOCUTOR 3).

Assim, observamos que existem sim, grandes fragilidades e fragmentações dentro da Rede socioassistencial, de proteção e garantia de direitos as crianças e adolescentes, entretanto, as articulações não são totalmente negativas e ineficazes. É essencial a presença de um Estado forte e democrático de direitos, para assim, ser possível viabilizar um acompanhamento às vítimas de violência sexual, e dessa maneira, trabalhar para o rompimento do ciclo de violência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes é uma violência ainda complexa e multicausal, pois, envolve diversos estigmas, e conflitos familiares. O seu enfrentamento encontra barreiras acentuadas na família, por esta ser uma instituição socialmente construída e rodeada de estereótipos, tais como lugar sagrado e seguro. Todavia, o combate ao abuso sexual infanto-juvenil, exige de um conjunto de órgãos medidas de defesa e garantia de direitos para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar.

No estudo, teve-se além da oportunidade de ouvir 07 (sete) profissionais que compõem a equipe multiprofissional do Programa Rede Aquarela, foi possível também realizar a observação do campo, que corroborou para elaboração de diários de campo, do acompanhamento dos profissionais, presenciar atendimentos e encaminhamentos realizados. As narrativas de cada profissional refletem as suas percepções sobre as vivencias no acompanhamento dos casos atendidos pelo equipamento, refletindo também uma maior compreensão da violência sexual intrafamiliar como um todo.

Além disso, a interação da equipe foi requisito fundamental para uma melhor compreensão dos casos, respeitando sempre o sigilo de cada usuário e os limites da

atuação profissional. E o entendimento, da equipe em relação as consequências do abuso sexual infantil intrafamiliar, é indispensável, para que estes possam intervir de maneira mais efetiva, além de compreender a necessidade de um atendimento especializado, para não fazer essas crianças reviverem o processo da violência.

Ademais, fica evidente a necessidade do rompimento do ciclo de reprodução da violência, e para isto, é essencial que ocorra um trabalho com os familiares, e não apenas com as crianças, como bem realizado no programa, auxiliando essas famílias a compreender o fenômeno da violência sexual, a identificar a ocorrência do abuso intrafamiliar, e o incentivo também deve ser levado as instituições de ensino da rede pública e privada, pois, o seu reconhecimento por parte da criança, pode ser realizado mediante oficinas, palestras, seminários, de forma lúdica e interativa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em Estudo**, Universidade Estadual de Maringá (UEM), jul./dez, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v7n2/v7n2a02.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2018.

CHAUÍ, Marilena. Uma Ideologia Perversa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 mar. 2019 Caderno Mais. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs14039904.htm>. Acesso em: 18 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Balanço Disque 100**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: < https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/balanco-disque-100>. Acesso em: 18 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>. Acesso em: 18 out. 2019.

BALBINOTTI, Cláudia. **A violência sexual infantil intrafamiliar:** a revitimização da criança e do adolescente vítimas de abuso. Direito & Justiça, Porto Alegre, RS, v. 35, n. 1, p. 5-21, jan./jun. 2009. Disponível em:<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/view/8207/5894>. Acesso em: 06 dez. 2018.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Programa Rede Aquarela.** Fortaleza, 2019. Disponível em: <

https://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br/categoria/social/servico/146>. Acesso em: 11 out. 2019.